CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-11-17	
O Secretário da Mesa	
Diogo Leão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Diogo Leão (Assinatura Qualificada) Date: 2017.11.17 20:01:11 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 339 / XIII (3 .ª)

Assunto: WindFloat Atlantic

Destinatário: Min. do Mar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

O CDS-PP considera de extrema importância a promoção e desenvolvimento industrial das energias renováveis oceânicas, como medida integrada no desenvolvimento da economia azul.

Notícias muito recentes revelam o receio de que possa estar em risco o parque eólico offshore flutuante, que o consórcio liderado pela EDP quer instalar ao largo de Viana do Castelo, o qual terá de estar ligado e a produzir energia até 2019.

Tal decorre da possibilidade de o projeto – denominado Windfloat Atlantic –, perder os fundos comunitários de cerca de 30 milhões, atribuídos em 2012 pelo Programa NER300, pelo não cumprimento dos prazos.

Associado a este apoio comunitário, anunciou-se que o Windfloat também garantiu um apoio de 19 milhões de euros do antigo Fundo Português de Carbono (hoje Fundo Ambiental) e tarifas subsidiadas.

Nas últimas semanas, têm circulado várias notícias, dando conta de que o projeto está praticamente parado, já que a sua instalação no espaço marítimo de Viana do Castelo estará a ser contestada em virtude de cerca de 50% da área prevista estar ocupada com artes de pesca licenciadas pela Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

As associações afetadas [Viana Pesca-OP - Cooperativa de Produtores de Peixe de Viana do Castelo, Associação de Armadores de Pesca do Norte, Apropesca - Organização de Produtores de Pesca Artesanal e Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar], em contacto havido com o Senhor Secretário Estado das Pescas, terão informado da necessidade de afastamento para oeste, ainda que no mesmo enfiamento, do início de implantação do parque. Dessa forma o sector não será prejudicado com a amputação da área de pesca onde se encontram as suas artes.

As associações atrás referidas são membros do Conselho Consultivo das Águas Ocidentais Sul e pretendem solicitar à Comissão Europeia que não permita a utilização de fundos comunitários, dado o pressuposto de que os espaços selecionados amputarão as áreas de pesca.

De acordo com informações recolhidas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, não se trata aqui de um antagonismo para com o projeto, dado que as associações em causa já manifestaram publicamente o seu apoio.

Dada a importância da pesca no distrito, os pescadores não podem abdicar de uma área fundamental para o setor na economia local; não podem retirar as artes de pesca, com licenças pagas, do local atribuído à EDP Renováveis para instalar o projeto.

Na audição na especialidade, sobre o OE2018, que esta semana se realizou na Assembleia da República, o CDS-PP questionou a Senhora Ministra do Mar sobre o ponto em que se encontra este assunto, de relevante importância para Viana do Castelo e, em particular, para a sua comunidade piscatória.

Em resposta, a Senhora Ministra apenas afirmou que não faltaria dinheiro para o cabo submarino, mas nada adiantou sobre esta situação com os pescadores locais, pelo que entende o CDS-PP reiterar as questões colocadas de forma a obter uma explicação mais completa e satisfatória.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à Senhora Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Confirma V. Exa. que o projeto Windfloat Atlantic está parado, correndo risco o calendário de execução?

2- Que medidas estão a ser tomadas na sequência da reunião entre as associações de pescadores e o Senhor Secretário de Estado das Pescas?

3- O início da área de implantação do parque eólico vai ser deslocado de forma a resolver-se o problema levantado?

4- Como prevê o Estado financiar os cerca de 48 milhões de euros adicionais necessários para pagar o cabo submarino destinado a ligar o parque eólico offshore à rede elétrica?

Palácio de São Bento, 17 de novembro de 2017

Deputado(a)s

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.